Fontes para o estudo da edição no Brasil: os contratos e recibos da editora B. L. Garnier

Lúcia Granja (UNESP-FAPESP-CNPq)

Existem várias formas de o passado se presentificar diante de nossos olhos. Elas vão desde a investigação de documentos, narrativas, até a pesquisa indiciária. No mundo dos livros brasileiros, é especialmente necessário que se recorra a vários métodos, uma vez que a história dos editores e edições nos aparece em fragmentos, por meio daquilo que restou de seus contratos, catálogos, recibos, notas, faturas, em meio a outros documentos, trocados entre editores, fornecedores, autores, leitores (ou outros compradores de maior volume).

A propósito das atividades editoriais de Baptiste-Louis Garnier, o trabalho de pesquisa de fontes de Alexandra Pinheiro recuperou os "42 contratos e 33 recibos de transações efetivadas por Garnier" (2008, p. 175), os quais, agora, aparecem disponibilizados neste site. Um editor, quando fecha as suas portas, não desaparece, uma vez que seus fundos, em geral, são transmitidos a novos editores. Foi o que aconteceu com parte dos documentos do livreiro e editor francês instalado no Brasil ente 1844 e 1893. Depois de sua morte, os negócios da Livraria e Editora de B. L. Garnier foram transmitidos por herança a seu irmão, o livreiro-editor francês Hipollyte Garnier, que renovou os negócios no Rio de Janeiro e persistiu com a livraria e editora cariocas até o seu próprio fim, em 1911. Após essa época, o sobrinho-neto dos Garnier, Auguste Pierre, deu continuidade aos mesmos negócios, até a Grande Depressão, em 1934, quando a livraria foi vendida a Ferdinand Briguiet (Hallewell, 2005). Nesse momento, iniciou-se a dispersão dos fundos da Editora Garnier, à medida em que Briguiet os vendeu à editora Martins de São Paulo e, também, à editora Jackson. No final da cadeia, foi Pedro Paulo Moreira, o editor-proprietário da Vila Rica Editoras Reunidas, antiga Editora Itatiaia, quem guardou os documentos de Garnier, que lhe haviam chegado pela aquisição dos fundos da Editora Martins.

Assim sendo, de posse desses e de outros documentos levantados nos últimos anos, as pesquisas sobre as ações editoriais e comerciais de B. L. Garnier continuaram a se desenvolver (Leão, 2007; Pinheiro, 2008;

Queiróz, 2008; Dutra, 2010 e Granja 2013a e 2013b). Agora, com a disponibilização on-line desses contratos e recibos, alargar-se-ão os estudos dessa casa que se dedicou de maneira tão fundamental à publicação dos textos produzidos pelo meio literário brasileiro no século XIX, tendo revelado alguns dos nossos escritores mais importantes, e que viriam mesmo a se tornar canônicos.

Testemunhos que chegaram do século XIX aos nossos dias nos revelam uma anedota: as inicias do nome de Baptiste-Louis Garnier, “B. L”, ajudaram a propagar a alcunha de “Bom Ladrão” dada ao editor e livreiro. Embora tenhamos avançado no conhecimento dos métodos do editor (Granja, 2013a), ainda não estão completamente claros os detalhes das relações entre Garnier e os seus empregados, tradutores, fornecedores e autores, ou mesmo o que se refere às relações com os irmãos Garnier de Paris. Já sabemos, porém, que Garnier manteve um empregado em Paris para serviços de edição e tradução entre 1864 e 1873 (Granja, 2013a) e que os seus contratos apresentam-se como documentos cuidadosamente redigidos pelo editor, na intenção de evitar processo jurídicos por parte dos autores (Pinheiro, 2008, p. 175).

Em relação à última questão, quando nos aproximamos desses documentos, temos a impressão de que os contratos são rígidos em relação aos autores/tradutores e benéficos para o editor, o que não deixa de ser verdade e gerou certa má fama para B. L. Garnier no Brasil. É preciso que observemos, porém, que as discussões em torno da propriedade literária não haviam ainda estabelecido convenções na Europa e eram praticamente inexistentes no Brasil. Assim sendo, para o contratos de edição, o editor muito frequentemente adquiria a propriedade perpétua sobre a obra, estendendo muitas vezes essa obrigação aos descendentes do escritor, como lemos em vários contratos de B. L. Garnier, inclusive nos que Machado de Assis assinou para os *Contos Fluminenses* e *Phalenas*. Também no que se refere à tradução, Garnier adquiria a propriedade sobre o trabalho do tradutor.

Havia, ainda, uma regulação do mercado, determinante de práticas correntes na época, as quais regiam as relações entre editores e autores europeus, seguidas no Brasil por Garnier. Flaubert, por exemplo, cedeu os

direitos de *Madame Bovary* por 400 francos ao editor Michel Lévy, que vendeu 20 mil exemplares da obra, no primeiro ano, 1857, a 1 franco o volume (Mollier, 1994). Para que tenhamos ideia do valor de 400 francos àquele época, a assinatura anual do jornal *La Presse* custava 54 francos, enquanto cada edição do jornal, vendida avulsa, saía por 13 centavos de francos – ou seja, Flaubert recebeu, por *Madame Bovary,* o suficiente para fazer pouco mais de 7 assinaturas de um jornal, enquanto seu editor recebeu pela venda do livro, apenas em 1857, cinquenta vezes o valor pelo qual adquirira a propriedade da obra. Já no Brasil, um dos contratos, o de 10 de julho de 1877, nos informa que Garnier pagou 300 mil réis pela reunião de modinhas, recitativos, lundus, hinos, entre outros, de *A cantora brasileira*, de Joaquim Norberto de Sousa Silva, obrigando-o, ainda, a "não organizar nem mandar imprimir outra obra de mesmo assunto". A título de comparação, em 1875, a assinatura anual da *Gazeta de Notícias* saía a 12 mil réis e a edição avulsa a 40 centavos de réis, o que permitiria a Joaquim Norberto fazer 25 assinaturas do jornal. Ou seja, o escritor brasileiro ganhou três e meia vezes mais do que seu colega francês.

Ainda no Rio de Janeiro, no caso de "autores da casa", aparentemente, o investimento poderia ser de outra ordem. Machado de Assis tornou-se cada vez mais prestigiado depois de se ter unido à Casa Garnier. Por meio do primeiro contrato assinado (1864, pelo livro *Crisálidas*), o autor cedeu ao editor a propriedade plena e inteira da primeira e todas as seguintes edições do livro, recebendo 150 réis por volume. Tal livro de poemas, em um volume, e com prefácio de Caetano Filgueiras, era vendido a 2 mil reis, em brochura, ou a 3 mil reis, em versão encadernada. Assim sendo, em média, Machado de Assis recebeu 6% sobre cada exemplar vendido de seu primeiro livro. Já em relação aos livros imediatamente posteriores, *Contos Fluminenses* (1870) e *Phalenas* (1870), em contrato assinado em 15 de maio de 1869, o mesmo escritor recebeu 200 réis por exemplar, sendo os exemplares do livro de contos comercializado a 3 mil reis cada um. Nesse caso, Machado de Assis – mesmo que estivesse, àquela altura, mais prestigiado como escritor, uma vez que o contrato previa que o pagamento por exemplar fosse feito também sobre eventuais segundas e seguintes edições – ainda ganhava, como em 1864, 6% sobre cada

exemplar vendido. Por fim, sendo a tiragem de mil exemplares, o valor geral do contrato era de 300 mil réis, o mesmo do documento que regulamentou a edição e venda de *A cantora brasileira*, mas Machado de Assis ganhava por exemplar – e podia sonhar com reedições, ou, ao menos, tinha garantido pagamento por essas possíveis publicações – enquanto o outro recebia a mesma quantia pela venda total e geral da propriedade da obra.

Nesse sentido, uma forma de compreender a pré-história dos campos literário e editorial no Brasil é olhar para o que nos restou dos contratos e recibos do mais importante editor brasileiro do XIX e dos autores que suas ações comerciais ajudaram a se afirmarem (Bourdieu,1992). Ao mesmo tempo, essa visada nos dá a dimensão da importância das relações materiais (Chartier, 2002) entre editores, escritores, técnicos, operários, em seus acordos e divergências, no que tange à formação do público, do gosto e, em nosso caso brasileiro, especialmente, da construção identitária da qual faz parte uma "Literatura Nacional".

BOURDIEU, Pierre. Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire. Paris: Seuil, 1992.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

DUTRA, Eliana. "Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil". In: ABREU, Marcia & BRAGANÇA, Aníbal (orgs). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GRANJA, L. Rio - Paris: primórdios da publicação da Literatura Brasileira chez Garnier. *Revista Letras* (UFSM), 2013a.

GRANJA, L. Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil. *Livro 3*, revista do NELE (Núcleo de Estudos do Livro e da Edição). SP: Ateliê Editorial, 2013b.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.

LEAO, A. B. A Livraria Garnier e a história dos livros infantis no Brasil - gênese e formação de um campo literário (1858 - 1920) - *História da Educação* / ASPHE. Fae, UFPel (Jan/Abr 2007). História da Educação (UFPel), v. 1, p. 159-184, 2007.

MOLLIER, Jean-Yves. Michel & Calmann Lévy, ou la naissance de l'édition moderne, 1836-1891. Paris: Calman & Levy, 1994.

PINHEIRO, Alexandra. “Entre contratos e recibos: o trabalho de um editor francês no comércio livreiro do Rio de Janeiro oitocentista”. In.: ABREU, Márcia (org). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2008.

QUEIROZ, Juliana Maia. “Em busca de romances: um passeio pelo catálogo da Livraria Garnier” in: ABREU, Marcia (org). *Trajetórias do Romance. Circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas-SP: Fapesp/Mercado de Letras, 2008, pp. 199-212.